

Editorial

O segundo trimestre de 1998 encerra-se com o aniversário de quatro anos do Plano Real. A retrospectiva do desempenho desse plano em comparação à conjuntura vigente antes de seu nascimento revela que, inequivocamente, as mudanças estruturais trazidas pelo Plano Real para a economia brasileira foram profundas. A instabilidade gerada por anos de convívio com taxas inflacionárias crescentes foi substituída por um aparente “sereno convívio” com taxas inflacionárias decrescentes e tendencialmente estáveis. Até junho, taxas anualizadas de inflação situavam-se em 4,08%, segundo o IGP-DI (FGV), e em 4,12%, segundo o INPC (IBGE). A taxa de inflação em 1998, até junho, atingiu, conforme os referidos índices, níveis de 1,52% e 2,35%. Sob qualquer ângulo que se observe, é inegável o sucesso do Plano Real no combate à inflação. Entretanto tal êxito mascara, sob o manto da “serenidade” na estabilidade dos preços, um processo de drásticas e profundas transformações na economia brasileira, que vigora há, pelo menos, quatro anos.

A tão esperada estabilidade, condição “sine-qua-non” para o **crecimento auto-sustentado**, ainda não foi perseguida pelos agentes econômicos devido à sua falta de confiança ou de **expectativa positiva** rumo a um processo **estável, duradouro e contínuo** de crescimento econômico. Como consequência, os índices anuais de crescimento do PIB, embora positivos, revelaram-se cautelosamente tímidos. A projeção dos últimos 12 meses até junho prevê para 1998 um crescimento do Produto estimado em 3,86%. Também o déficit público, considerado por muitos o problema número um da economia brasileira, não foi capaz de reverter sua perigosa trajetória expansionista, mesmo sob a égide de um ambiente de estabilização e de controle monetário (ou, quem sabe, por isto?). Como justificativa, reivindica-se a necessidade de juros altos como medida de restrição ao consumo doméstico e à **consolidação** do padrão monetário, o que termina por fornecer munção ao agigantamento da dívida pública interna. No “front” externo, apesar do exitoso equacionamento da dívida externa, o déficit em transações correntes, da ordem de 4% do PIB, reflete a dificuldade do setor produtivo nacional em se inserir adequadamente no cenário altamente competitivo do mercado internacional.

Por todas essas razões, percebe-se que a série de mudanças em curso na estrutura econômica do País, além de resultantes da construção e da consolidação de uma nova realidade econômica **estável** — e, portanto, antagônica ao padrão de indexação e protecionismo vigente desde os anos 30 —, traz à

tona uma **nova** série de problemas. Estes, por sua vez, requerem **novos enfoques analíticos**, capazes de, simultaneamente, dar conta de sua novidade e complexidade. Esta é a preocupação deste número da revista **Indicadores Econômicos FEE**, pois julga-se que se tem no fenômeno do **desemprego**, e conseqüentemente nas **perspectivas do mercado de trabalho** no Brasil, a evidência mais dramática da profundidade, irreversibilidade e velocidade das transformações em curso no País, que transcendem às esferas econômicas e sociais. O fenômeno do desemprego é como que o termômetro dessas mudanças na economia brasileira.

Para analisar tão importante tema, convidamos ilustres nomes nacionais que, para nossa satisfação e a de nossos leitores, acolheram o convite. Agradecemos, desde já, a brilhante contribuição desses convidados e estamos certos de oferecer ao público uma das mais ricas, completas e profundas reflexões sobre a temática do **Desemprego e Perspectivas do Mercado de Trabalho no Brasil**.

Compõe o **Tema em Debate** deste número o artigo do Professor Cláudio S. Dedecca, do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT) da UNICAMP, que analisa o problema do desemprego na atual conjuntura nacional. Na sequência, o artigo do Professor Marcio Pochmann, também do CESIT, analisa os “velhos” e os “novos” problemas do mercado de trabalho no Brasil. O Professor Flavio B. Fligenspan, nosso ex-colega da FEE e professor da UFRGS, realiza uma avaliação da ocupação e dos rendimentos durante o Plano Real na economia brasileira, a partir de dados da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE. A Professora Liana Carleial, da Universidade Federal do Paraná, analisa, no artigo **Quem tem medo do desemprego no Brasil?**, o significado e o agravamento desse fenômeno na década de 90. Nossos colegas da FEE que participam da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA apresentam suas contribuições em dois artigos distintos, mas com dados gerados pela mesma pesquisa. Marilene Bandeira e Telmo P. Mota discutem a inserção ocupacional de migrantes na RMPA nos anos 90, e Denise Zaions e Isabel Costa caracterizam o desemprego na RMPA, cunhando a literariamente feliz — senão trágica — expressão “grande epidemia social do final do século”. Por fim, encerra-se o **Tema em Debate** desta revista com a preciosa contribuição do Professor José Paulo Zeetano Chahad da USP e atual Assessor Especial do Ministro do Trabalho, que, com o artigo **Estabilização e Desemprego em Tempo de Mudança: Realidade e Desafios no Caso Brasileiro**, lança importantes reflexões sobre desemprego, qualificação de mão-de-obra e mercado de trabalho.

A seção **A Conjuntura Econômica** traz, como de praxe, artigos de nossos colegas da FEE, que analisam aspectos da conjuntura econômica no segundo

trimestre de 1998. Isabel N. Rückert e Maria Luiza Borsatto discutem a política fiscal; Vivian Fürstenau, os efeitos do El Niño sobre a agricultura gaúcha; Maria Cristina Passos apresenta o desempenho da indústria gaúcha no primeiro quadrimestre de 1998; André Luiz Leite Chaves examina o desempenho do mercado de trabalho no RMPA em 1998; Sônia U. Teruchkin discorre sobre o intercâmbio comercial do RS com o Mercosul; e Roberto da Silva Wiltgen comenta as perspectivas (ruins) do comércio interno.

*Na seção **Artigos de Conjuntura**, temos a contribuição de Andreas Novy e Ana Cristina Fernandes, respectivamente, da Universidade de Viena e da Universidade de São Carlos, que analisam a supremacia do dinheiro no Plano Real; e o artigo de Regina Petti, pesquisadora da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que, mais uma vez, ao colaborar com esta publicação, apresenta o que há de novo no ITR. A todos, nossos agradecimentos.*

O Editor